

Para Milliet, não será o fim da moratória.

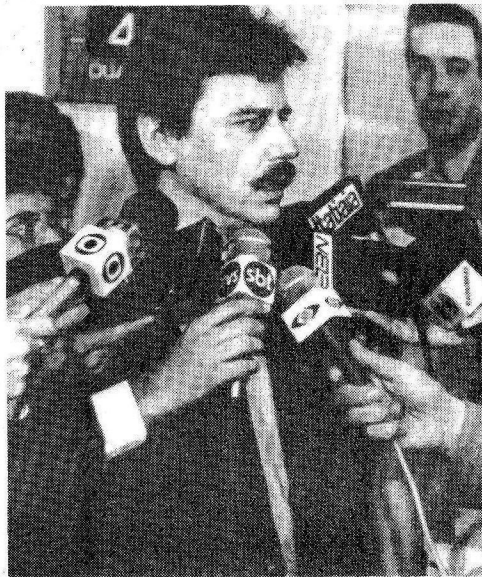
Isso só ocorrerá se houver um acordo final, disse ele. O acordo atual é provisório, destacou.

O Brasil poderá fazer o pagamento de US\$ 500 milhões aos bancos internacionais credores antes do fechamento do acordo global da dívida externa, anunciaram ontem o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o presidente da Comissão do Senado sobre Dívida Externa, Carlos Chiarelli (PFL-RS). Mas o fechamento do acordo provisório sofre atrasos porque os pequenos bancos resistem à idéia dos entendimentos sem a participação do Fundo Monetário Internacional. E, para contornar o obstáculo, os bancos maiores atuam junto aos menores "para a compra dos créditos, a fim de viabilizar o depósito de US\$ 1 bilhão que os credores farão. Esse também é o desejo do governo brasileiro", disse Chiarelli.

Explicou ainda que o Brasil fará o depósito dos US\$ 500 milhões em três parcelas no Banco de Compensação Internacional (BIS) "até o final deste mês, pois o acordo provisório deverá estar fechado no final desta semana". O Brasil só liberará esse dinheiro quando as duas partes assinarem um protocolo contendo as cláusulas da grande negociação. "No momento em que se fizer essa liberação, a moratória estará suspensa", destacou Chiarelli. Mas Fernando Milliet disse que o pagamento dos US\$ 500 milhões não implica o fim da moratória, "pois isso não significa um compromisso de continuidade de pagamento". Entretanto, ressaltou: "É evidente que dentro de um entendimento pretendemos suspender a moratória", sem contudo esquecer que "o acordo tem de estar ligado à retomada do crescimento da economia".

Juros menores

O senador Carlos Chiarelli disse que a



Milliet: "Pretendemos suspender a moratória"

negociação do acordo global deverá ser feita antes de 31 de dezembro próximo. E confirmou a expectativa de Milliet, ao dizer que "se o Brasil está disposto a colocar US\$ 500 milhões no BIS, esse dinheiro poderá ser liberado antes do fechamento do acordo global, na assinatura do protocolo". Segundo ele, o Brasil não abre mão do prazo de três anos para o refinanciamento dos juros (87-88-89); o País pretende que sejam fixados juros inferiores aos do México. O pagamento de US\$ 1 bilhão, pelo Brasil, será feito apenas se for fechado um acordo glo-

bal; o FMI não entra enquanto não for fechado o acordo global; e o depósito dos US\$ 500 milhões será feito também para evitar o perigo da desclassificação.

FMI: sim e não

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ontem, após a exposição de Fernando Milliet à comissão do Senado, que é necessário avaliar o que o FMI pode dar ao País. No seu entender, "a simples questão de ir ou não ao Fundo não pode ficar a cargo apenas de um partido, o PMDB. É um assunto que tem de ser avaliado por todo o País".

De qualquer forma, os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e Virgílio Távora (PDS) disseram ontem, depois da reunião de Milliet com a comissão do Senado, que o acordo em discussão entre o governo brasileiro e o Comitê de Bancos Credores não prevê vinculação alguma ao FMI, a julgar pela garantia que Cardoso recebeu do próprio presidente do BC. Essa vinculação, e também o fim da moratória — disse o chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto — são assuntos que não entrarão nesta etapa de negociações do País com seus credores. Os dois temas só ganharão força em janeiro, na segunda etapa da renegociação.

Nessa segunda etapa — disse o ministro —, será também tratada a questão dos juros partindo-se do princípio de que o País não pode aceitar taxas acima de um limite tolerável pois, do contrário, a dívida voltará ao estado de crise anterior. E também é fundamental para o Brasil observar como andarão a economia dos Estados Unidos no futuro, pois um terço das exportações brasileiras vão para aquele país, disse Costa Couto.